

Resenha

Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade

Yuri de Lima Ribeiro

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2795-8633>

yurilr@gmail.com

O autor abre a Introdução com uma reflexão profunda e instigante sobre as raízes, dimensões e desafios do combate à desigualdade no Brasil. Em um tom direto e engajado, ele parte de uma premissa clara: o igualitarismo não é apenas desejável, mas inevitável para quem realmente se importa com as consequências morais e sociais da desigualdade.

A força dessa Introdução reside em sua clareza conceitual e preocupação prática. M. Medeiros evita simplificações e grandes narrativas, preferindo desmembrar a desigualdade em suas múltiplas facetas, tratando-a como uma “gaveta de boticário”: aparentemente simples, mas intrinsecamente complexa. Ele desloca o foco do debate, que geralmente se concentra nos pobres, para os verdadeiros detentores de renda e poder, ao enfatizar que a maior parte da desigualdade no Brasil se concentra no topo da distribuição de renda – entre os 5% e, principalmente, o 1% mais rico.

Outro ponto crucial é a refutação da noção de que a educação, por si, pode erradicar a desigualdade. Embora reconheça a relevância de um sistema de ensino de excelência, M. Medeiros adverte que seus resultados são restritos sem uma reestruturação abrangente, particularmente no âmbito da tributação. Este é um tópico que o autor aborda com audácia, advogando maior progressividade fiscal e taxaço sobre o patrimônio. Em um contexto marcado por dogmas fiscais e oposições políticas, sua postura se revela tão corajosa quanto fundamentada.

A Introdução também proporciona uma análise teórica aprofundada acerca da segmentação social e de seu propósito político. Ao asseverar que “classificações são ferramentas de poder”, o autor resgata um argumento crucial das ciências sociais críticas, sublinhando que as maneiras como delimitamos “abastados”, “indigentes” e “camada média” não são imparciais, mas influenciam deliberações políticas e organizam disparidades. Configura-se, desse modo, um enfoque engajado com a equidade social, porém, ciente da intrincada realidade empírica e dos obstáculos institucionais.

O livro se estrutura em 3 partes principais, intituladas: “Desiguais”; “Ricos”; e “Pobres”.

A seção “Desiguais” contém 7 tópicos; “Ricos”, 8; e “Pobres”, 9.

Na primeira parte, “Desiguais”, M. Medeiros contesta a perspectiva convencional que concentra as políticas públicas nos segmentos menos privilegiados da população. Utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Imposto de Renda (IR), ele demonstra que a maior parte da desigualdade brasileira reside nas enormes disparidades entre os estratos mais abastados da sociedade e o restante da população. Com metáforas didáticas – como a comparação entre uma pessoa comum e uma baleia-azul em uma fila de padaria –, o autor traduz de maneira acessível a brutal concentração de renda no 1% mais rico. O que se observa não é uma sociedade levemente desigual, mas uma estrutura social na qual a desigualdade se intensifica à medida que se ascende na pirâmide, a ponto do 0,1% mais rico acumular mais do que a metade mais pobre da população.

O autor contesta o uso da média como medida descritiva da realidade brasileira, advogando a mediana como indicador mais fidedigno da situação da maioria. Ele evidencia que até 80% da população possui rendimentos modestos e relativamente uniformes – uma vasta camada social com poucas distinções internas, mas profundamente distanciada do topo. Essa uniformidade, segundo o autor, exige prudência nas estratégias de focalização, que frequentemente desconsideram a extensão da pobreza e acentuam divisões artificiais entre “carentes” e “quase carentes”. A desigualdade, assim, não se manifesta apenas entre os abastados e os desfavorecidos, mas, sobretudo, no próprio segmento mais elevado, onde uma diversidade e uma concentração de renda distorcem qualquer tentativa de retratar o Brasil como uma nação de “classe média”.

M. Medeiros ressalta a influência política das classificações. A seleção dos vocábulos – como pobre, classe média, elite, classe C1 – não é imparcial. Pelo contrário, carrega controvérsias semânticas e ideológicas que moldam o debate social e as diretrizes públicas. O autor sustenta que os nomes evocam significados, sentimentos e referências culturais. Assim, categorizações excessivamente técnicas ou arbitrárias,

mesmo que metodologicamente elaboradas, perdem impacto no cenário político. A analogia com os cães e lobos – seres da mesma linhagem, mas tratados de modos distintos por motivos práticos – ilustra que a linguagem acadêmica precisa interagir com o senso comum para moldar políticas efetivas.

O autor contesta os parâmetros habituais de estratificação por quintis populacionais¹, evidenciando que tal método exacerba as clivagens entre os menos favorecidos e oculta a extrema diversidade no ápice da pirâmide social. A sugestão de aprimorar as categorizações no topo – onde se concentra a maior parte da riqueza – não é mera questão de exatidão metodológica, mas uma necessidade política. Tal precisão possibilita identificar com maior nitidez os verdadeiros beneficiários da desigualdade estrutural.

M. Medeiros sustenta que a desigualdade não é um acaso histórico nem mero entrave técnico, mas o resultado de deliberações políticas intencionais. O modo como a desigualdade é aferida, compreendida e confrontada está firmemente ancorado em princípios normativos e embates de poder. Retoma-se a discussão iniciada por Albert Fishlow (1974), salientando que até a seleção de métricas – como média ou mediana – tem implicações éticas e políticas. Em outras palavras, a neutralidade é inatingível: ao quantificar a desigualdade já se está implicitamente assumindo uma posição sobre o que constitui a justiça social.

O autor também desmistifica a retórica de que a educação, isoladamente, representa a solução milagrosa para as questões distributivas. Demonstra-se que os progressos educacionais geram impactos morosos e restritos, em particular quando se limitam ao Ensino Médio. A diminuição substancial da desigualdade só se concretizaria com a democratização do Ensino Superior, abrangendo inclusive os cursos de maior prestígio, uma medida que exige transformações estruturais na economia e no mercado de trabalho. A argumentação, longe de desvalorizar a educação, sugere realismo: ela é um componente crucial, mas insuficiente por si.

A obra destaca a demora inerente para que as reformas educacionais produzam um impacto tangível na desigualdade. Mesmo uma alteração profunda levaria décadas para surtir efeitos notáveis, considerando as persistências demográficas e o histórico de privação educacional. A educação deve ser encarada como um valor intrínseco, não apenas por suas repercussões econômicas, mas por sua habilidade de moldar indivíduos mais perspicazes e conscientes. No entanto, seu potencial redistributivo

¹ Quando os valores de um indicador são divididos em cinco grupos iguais, cada agrupamento é conhecido como quintil. Cada quintil representa 1/5 ou 20% do intervalo de valores do indicador. O primeiro quintil representa o 1/5 mais baixo dos valores de 0 a 20% do intervalo. O segundo quintil inclui os valores de 20 a 40%, o terceiro quintil inclui 40 a 60%, o quarto quintil inclui 60 a 80% e o quinto quintil inclui o 1/5 mais alto dos valores, 80 a 100% (World Bank, n. d.).

estará condicionado à harmonização com outras medidas políticas, sejam elas fiscais, laborais ou sociais.

Na segunda seção do livro, "Ricos", o autor emprega a narrativa literária e a história política para demonstrar que a opulência, mais do que um valor pecuniário, constitui uma posição de domínio social e simbólico. As alusões a Graciliano Ramos e Chateaubriand exemplificam as assimetrias de poder que perpassam a sociedade brasileira e evidenciam que determinar quem é abastado não é mera questão técnica, mas fundamentalmente política e filosófica. A fortuna é relativa, diversificada e intensamente concentrada, sendo inviável compreendê-la apenas por parâmetros numéricos rígidos, como porcentagens de rendimento ou limiares arbitrários.

Demonstra-se que os fatores que moldam a renda no ápice da pirâmide social divergem consideravelmente daqueles presentes na base. A disparidade não se origina unicamente do mercado de trabalho, mas, primordialmente, da posse de capital, de legados (heranças), dos proventos de aplicações financeiras e dos ganhos empresariais, componentes amplamente ausentes na vivência da maior parte da população. Adicionalmente, o autor sublinha as restrições históricas dos dados brasileiros, em especial das pesquisas domiciliares, para apreender a realidade da elite econômica. Destaca, assim, a crescente relevância dos dados do IR na quantificação da concentração de riqueza no topo.

M. Medeiros aprofunda a crítica ao mostrar que a desigualdade entre os 10% mais abastados é equivalente à de nações inteiras. O 1% mais rico acumula rendimentos patrimoniais em níveis desproporcionais, o que torna esse grupo não só privilegiado em relação à maioria, mas internamente desigual. Isso desfaz a ideia de que políticas universais ou focadas apenas no trabalho possam resolver a desigualdade estrutural brasileira. Afinal, as principais fontes de renda dos muito ricos não são tributadas com a mesma intensidade e escapam das reformas tradicionais.

Ele também expõe as barreiras raciais persistentes na elite brasileira. Mesmo quando indivíduos negros alcançam níveis educacionais superiores, suas chances de atingir o ápice econômico são substancialmente menores do que as de pessoas brancas. O racismo estrutural, nesse sentido, não só restringe o acesso à riqueza, mas também à distribuição do poder. Destaca-se que a presença negra entre os ricos é escassa e, quando ocorre, é marcada por segregações dentro da própria elite. Aqui, a crítica é incisiva: sem ações afirmativas direcionadas às elites, como cotas raciais para posições de liderança, a desigualdade racial tende a se perpetuar, mesmo com progressos na educação.

O autor evidencia que não apenas a riqueza é maior nesse grupo, mas qualitativamente distinta, composta por ativos financeiros e empresariais que reforçam sua capacidade de acumulação e reprodução de capital. M. Medeiros sublinha, ainda, a

importância de diferenciar riqueza, renda e consumo, demonstrando que símbolos visíveis de *status* – como carros de luxo – não refletem a verdadeira estrutura patrimonial. O consumo, nesse sentido, é um marcador superficial que obscurece as reais assimetrias econômicas. Além disso, o autor argumenta que a renda é um fluxo, enquanto a riqueza é o estoque acumulado, e que políticas redistributivas eficazes devem considerar essa diferença estrutural, uma vez que a desigualdade patrimonial é mais profunda e persistente que a desigualdade de renda.

Ao discutir a tributação da riqueza, M. Medeiros desconstrói a ideia de que este é um tema radical ou inviável. Pelo contrário, ele demonstra que impostos sobre o patrimônio já existem no Brasil, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), e que o debate deveria concentrar-se em como torná-los mais justos e eficazes em vez de sua mera existência. O autor também enfrenta o argumento recorrente sobre a possível fuga de capitais, mostrando que esse risco é frequentemente exagerado e pode ser mitigado com um sistema bem desenhado, moderado, integrado ao IR e que tribute residentes independentemente da localização de seus bens. Assim, a obra defende que a tributação da riqueza é não só possível como necessária para enfrentar a desigualdade, e que os receios em torno de sua implementação revelam mais um apego à preservação de privilégios do que uma preocupação real com impactos econômicos.

O autor indaga, por exemplo, o que de fato significa ser pobre, evidenciando como os limiares de privação – como as paridades de poder de compra (PPC\$) 1,90 ou 5,50 – não abarcam integralmente a escassez vivenciada no dia a dia. A escolha de um patamar arbitrário pode definir se alguém é ou não classificado como pobre, ainda que a realidade desse indivíduo pouco se altere, sublinhando como essas categorizações têm repercussões concretas e políticas.

No tocante ao número de pobres, M. Medeiros mostra que não há uma resposta única para a pergunta “quantos pobres existem?”, pois isso depende das métricas e definições adotadas. Os dados oscilam conforme se utilize uma linha internacional, uma abordagem multidimensional, ou critérios regionais. A crítica central é que a pobreza é, em última instância, uma construção política e não apenas estatística – isso impacta profundamente o desenho de políticas públicas. A ilusão de precisão nos números pode ocultar a complexidade das decisões envolvidas no combate à pobreza.

Ao distinguir “ser pobre” de “estar pobre”, o autor argumenta que muitos indivíduos não residem em um estado permanente de carência, mas se encontram suscetíveis a nela decair. Dessa maneira, uma política eficaz não pode restringir-se a identificar um perfil estático do indivíduo carente, visto que existe volatilidade social. A renda dos pobres, embora em parte amparada por iniciativas como o programa Bolsa Família, tem na atividade informal sua fonte primordial. Isso sublinha a relevância de

políticas laborais, salariais e previdenciárias como eixos fundamentais no combate à pobreza.

O conceito de vulnerabilidade também é crucial. M. Medeiros destaca que uma significativa parcela da população, que não é classificada como pobre pelas definições usuais, vive em situação de instabilidade, podendo ser empurrada para a pobreza em tempos de crise. Desse modo, a distinção rígida entre pobres e não pobres esconde uma realidade de fragilidade estrutural da renda de grande parte da população. O autor defende, então, a implementação de políticas contracíclicas e sustentáveis que protejam tanto os pobres quanto os vulneráveis, sobretudo em períodos de recessão econômica.

A definição de quem é considerado pobre depende da métrica adotada, incidência, intensidade ou severidade, cada uma com implicações distintas sobre o desenho das políticas públicas. Essa constatação mostra que as evidências são “baseadas em política” e não apenas em critérios técnicos. Da mesma maneira, a escolha da linha de pobreza carrega um componente normativo e distributivo: ela deve ser revisada para refletir não só a inflação, mas, ainda, os avanços das sociedades em termos de expectativas e capacidades de proteção social. A ideia de que a pobreza é absoluta nas necessidades, mas relativa nos satisfatores reforça que linhas de pobreza mais ambiciosas podem e devem acompanhar o desenvolvimento econômico e moral das sociedades.

A progressiva elevação do salário mínimo no Brasil, entre 2002 e 2013, teve impacto direto tanto na incidência quanto na severidade da pobreza, especialmente por sua influência nos rendimentos do setor informal e nos benefícios previdenciários. Já a educação, embora essencial, mostra-se limitada no curto e médio prazo, sobretudo em seus níveis fundamentais. Mesmo grandes avanços no Ensino Fundamental e no Ensino Médio não resultariam, isoladamente, em reduções expressivas da pobreza. Isso sugere que, embora indispensável para o desenvolvimento, a educação deve ser combinada a outras políticas redistributivas mais diretas e efetivas para enfrentar a pobreza com maior eficácia.

Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade (Medeiros, 2023) oferece uma análise profunda e acessível da desigualdade de renda no Brasil, defendendo que ela é um problema político e moral, não apenas técnico. O autor desmistifica a ideia de que a educação, sozinha, resolveria tudo, e usa dados para mostrar que a maior parte da desigualdade se concentra no topo da pirâmide social. O autor argumenta que, embora combater a pobreza seja crucial, é preciso ir além e enfrentar a concentração de renda, o que exige tempo, investimento público e vontade política para resolver os conflitos estruturais. Trata-se de uma obra que desafia soluções fáceis e convida à reflexão sobre a complexidade e urgência da desigualdade no Brasil.

REFERÊNCIAS

Fishlow, A. (1974). O grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa. *Estudos Econômicos*, 4(3), 155-170.

Medeiros, M. (2023). *Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade*. Companhia das Letras.

World Bank. (n. d.). What are quintiles? *The World Bank Group*.
<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/1986160-what-are-quintiles>

PARA CITAR ESTA RESENHA

Norma ABNT

RIBEIRO, Y. L. Resenha: Os ricos e os pobres – o Brasil e a desigualdade. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 16, p. 1-7, 2026.

Norma APA

Ribeiro, Y. L. (2026). Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade [Resenha do livro *Os ricos e os pobres...*, de M. MEDEIROS]. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 16, 1-7.

Norma Vancouver

Ribeiro YL. Resenha: os ricos e os pobres – o Brasil e a desigualdade. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 16:1-7, 2026. Disponível em:
https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/15794_e163505